

Economistas pedem ajuste fiscal

Ajudar externa facilita solução do problema financeiro apenas no curto prazo

IRANY TEREZA

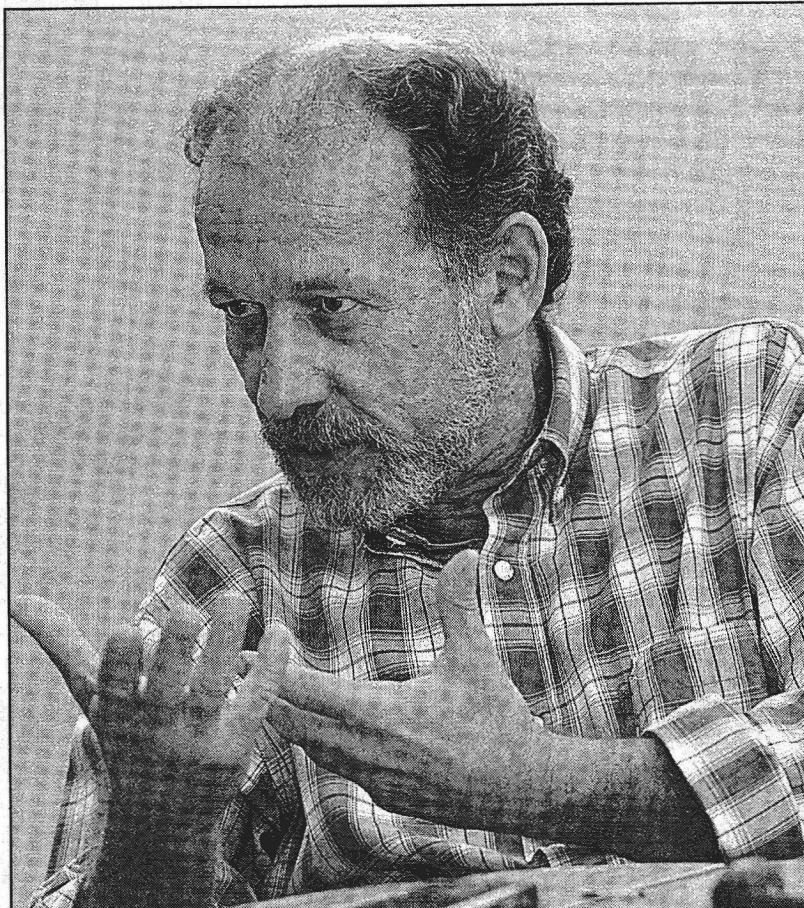
RIO - A ajuda externa para o Brasil, que chegou a ser cogitada anteontem pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), facilitaria a resolução do problema financeiro no curto prazo. Mas, segundo o economista José Márcio Camargo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), se a medida não vier acompanhada "de um ajuste fiscal puro", dentro de dois meses o Brasil poderá passar por uma nova turbulência econômica, que poderá ser tão intensa ou mais do que a atual. O ex-ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira, representante no Brasil do banco norte-americano Merryl Lynch, também acha que o governo brasileiro não deve esperar as eleições de outubro para anunciar sua nova política fiscal.

"Num momento de emergência como este, talvez caiba um esforço redobrado por parte do governo", diz o ex-ministro Marcílio. Segundo ele, depois da eclosão da crise asiática, em outubro do ano passado, "ocorreu certa condescendência" do governo com relação às contas fiscais.

"O governo menosprezou a vulnerabilidade que estava criando com isso", comentou Marcílio. Para o ex-ministro, o mercado precisa de um sinal claro de como serão tratadas questões específicas, como orçamento, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), reforma da Previdência e reforma Tributária.

O comportamento mais tranquilo dos mercados de juros e de câmbio anteontem demons-

**MARCÍLIO
ACHA QUE OS
CORTES SÃO
DUROS**



Camargo: ajuste rigoroso de todos os programas previstos para 1998

tra, na avaliação do economista José Márcio Camargo, que a política do governo de Fernando Henrique Cardoso está caminhando no rumo certo.

O mais importante agora, segundo o economista, é um ajuste rigoroso, com corte de todos os programas previstos ainda para este ano. "Claro que o custo social seria muito alto, mas pior ainda é o risco de uma explosão inflacionária", adverte. "Mais impopular do que os cortes seria o Plano Real explodir e existe uma chance muito grande de que isso possa vir a acontecer."

Para o economista, o corte de R\$ 4 bilhões no orçamento nacional deste ano ainda não é suficiente. Márcio Camargo cita a

carga fiscal de 38% do Produto Interno Bruto (PIB) e o déficit fiscal que já chega a cerca de 7,5% PIB como provas de que a política fiscal tem de sofrer uma alteração drástica. "O Estado brasileiro gasta 38% enquanto na Argentina o gasto é de 22% do PIB e, no México de 21%."

Já o ex-ministro Marcílio Marques Moreira considera o corte de R\$ 4 bilhões uma medida bastante dura. "Isso representa 0,5% do Produto Interno Bruto em três meses, o que corresponderia a 2% no ano", pondera. "Em qualquer país um corte desse nível é muito forte", defende.

Mas, tanto Marcílio Marques Moreira como José Márcio Camargo concordam que o governo deve adotar as medidas fiscais que prometeu em outubro do ano passado e ainda não cumpriu.